



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1** Aquisição de **equipamentos** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Fazenda, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

<b>1.2</b>	<b>Requisitante:</b>	Fundo Especial da Administração Fazendária (FEAFTAM)
<b>1.3</b>	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, nos Termos do Art.28 Inciso I, c/c Art. 17, § 2º
<b>1.4</b>	<b>Período:</b>	Entrega Imediata
<b>1.5</b>	<b>Tipo:</b>	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 14.133/2021

**1.6** A aquisição de equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE.
<b>COTA EXCLUSIVA</b>				
<b>01</b>	5462207	Mesa Digitalizadora; Entrada Gráfica de Dados, Desenho Digital, Pintura Ou Edição de Fotos; Tipo Prancheta de Desenho Com Caneta Sensível a Pressão; Com Resolução Optica de 5080 Lpi (linhas Por Polegada); Com Interface Padrão Usb, Compatível Com Windows 7, 8, 10 e Mac Ios; Com 10 Pro Pen 2 Pontas (6 Pontas Padrão e 4 de Feltroem Suporte de Caneta); Com Precisão Mínima de +/- 60 Níveis de Inclinação, Níveis de Pressão 8192. Ponte de Caneta e Borracha; Com Area Mínima de 160 x 100 Mm 6,3 x 3,9 Pol; Garantia: 12 meses contra defeito de fabricação	UN	06
<b>02</b>	6391060	Fragmentadora; Modelo para Escritorio; Em Plastico Resistente Tipo Abs; Base Com Rodizios para Locomocao; Abertura Insercao de Folhas Medindo No Minimo 230mm; Sem Abertura Independente; para 15 Folhas A4 (75g/m2); Corte Papel Nivel Seguranca P4, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Particula Maximo 160mm2(4x40mm); Corte Cd/dvd Nivel O3, de Acordo Com Norma Din-66399/12, Tiras Conforme a Mesma Abertura Papel; Corte Cartao/disquete Nivel T3,de Acordo C/norma Din-66399/12,tiras Conforme Mesma Abertura Papel; Funcao de Reversao Manual, e Sensor Auto-reverso Quando Ocorrer Excesso de Papel e Sobrecarga; Acionamento Por Botao Liga/desliga/reverso, Com Sensor Automatico de Presenca do Papel; Fragmentacao Continua 5 Minutos Ou Mais, Com a Parada de No Maximo 15 Minutos para Resfriamento; Nivel de Ruído	UN	03



		Maximo 60db/a Conforme Norma Nbr-10152/87 Vigente; As Navalhas e Cilindros de Cote Todos Em Aco; Os Pentes Raspadores Em Plastico Abs; Com Tampa Bloqueadora de Acesso As Laminas; Engrenagens Mistas; Lixeira Com Capacidade Minima para 24 Litros; Contendo Sensor Automatico de Ausencia Ou Cesto Cheio, Protecao Contra Superaquecimento; Cabos Com Minimo 75 Cm, e Plug Trifasico, Todos Deacordo Com Nbr-14136/12 Vigente; Bitola do Cabos 0,75mm <sup>2</sup> , de Acordo Com Norma Vigente; Voltagem 220v; Potencia Minima 374w; Com Aterramento de Acordo Com Nbr-14136/2012-vigente; Acompanha Manual Em Portugues; Com Prazo Minimo de Garantia de 12 Meses; Com Assistencia Tecnica Sistema Balcao;		
03	703548	Tablet: Tela:Tipo: Touchscreen capacitivo Tamanho: <b>10.4 polegadas</b> Resolução: <b>2000 x 1200 pixels (WUXGA+)</b> <b>Processador:</b> Tipo: <b>Octa-core</b> Velocidade do processador: Frequência mínima de <b>2.0 GHz</b> (especificar a velocidade base de operação). Memória RAM: Capacidade mínima: <b>4 GB</b> .Armazenamento Interno: Capacidade mínima: <b>64 GB</b> .Expansível via cartão microSD (mínimo de suporte a <b>512 GB</b> ).Câmera:Câmera traseira: <b>Mínimo de 8 MP</b> com autofocus. Câmera frontal: <b>Mínimo de 5 MP</b> -Conectividade:Wi-Fi: Compatível com padrão <b>Wi-Fi 802.11 a/b/g/n/ac</b> .Bluetooth: <b>Versão 5.0</b> ou superior.GPS integrado.Suporte a <b>4G LTE</b> (para versões com conectividade móvel, se aplicável). Sistema Operacional:Sistema pré-instalado: <b>Android 11</b> ou superior - Bateria:Capacidade mínima: <b>7.000 mAh</b> .Autonomia estimada de no mínimo <b>10 horas</b> de uso contínuo (navegação na web, vídeo, etc.).Portas e Conexões:Porta USB: <b>Tipo C</b> .Entrada para fone de ouvido <b>3.5 mm (P2)</b> . Outras Características:Suporte à <b>Caneta Stylus</b> (opcional).Sensor de impressão digital ou reconhecimento facial (se disponível).Garantia mínima de <b>12 meses</b> .Acessórios Inclusos:Cabo de carregamento USB tipo C.Adaptador de energia.Manual de instruções. <b>Capacete protetor</b> (opcional). Certificações:O equipamento deve ser certificado pela <b>Anatel</b> .	UN	10
04	6247911	Trena Eletrônica; Trena a Laser 120m C/ Bluetooth, Visor Ips; Com Indicação Medir Com Precisão Ambientes, Com Câmera 5mp, Proteção Ip54; Medição de Distancia 0,08m a 120m, Laser Classe 2, <1mw, Precisão +/- 1,5mm; Resolução Em Capacidade Inclinometro: 0 - 360°, Precisão Angular +/- 0,2°; Leitura Passo a Passo e Ate Mesmo o Declive Da Superfície, Medidas Aproximadas 14,0x3,0x6,5cm (axlpx); Com Bateria de Bateria	UN	03



		3120 Mah, Tempo de Medição Inferior a 4 Segundos; Utilizada para Acompanha Alça de Transporte, Bolsa de Proteção, Cabo Micro Usb, Garantia Mínima de 12 Meses;		
05	3384934	Grampeador; de Mesa; Estrutura de Metálica, Cabo Longo Preto; Base Em Plástico Reforçado; Medindo Mínimo de (7,00 x 27,5 x 10,00)cm (lxcxa); Na Cor Preto Com Prata; Grampo 23/24; Com Capacidade Mínima para Grampear 200 Folhas;	UN	10
06	5994322	Encadernadora; Modelo Duplo Com Perfuração, de Mesa; Com Acionamento Manual, Perfuradora; Capacidade para Encadernar 250 Folhas; Perfura Por Vez 12 Folhas; Encadernação Com Espiral; Formato de Furo Redondo; Medindo 4,1mm, 48 Furos; Área Útil Da Base 180x370mm; Acompanha 50 Capas Cristal, 50 Capas Preto Couro Tamanho A4-0,30mm, 25 Espirais Preto A4/oficio-07mm; Com Prazo de Garantia Mínimo de 12 Meses a Partir Da Data de Entrega do Produto; Com Assistência Técnica No Balcão;	UN	01
07	6429823	Carro de Transporte Manual; Com Acabamento Liso e Sem Porosidade; para Transporte de Livros, Documentos e Materiais variados; Modelo Aberto; Formato Retangular; Estrutura Tubular; Com 2 Puxadores; Medindo Aproximadamente 80x50x100cm; Capacidade de Transporte Mínima de 100kg; 2 Rodízios Com Roda de 3 Polegadas Em Polietileno ou Poliuretano;	UN	01
08	263379	Carrinho tubular para 4 galões de água , com roda pneumática. Carrinho tubular para 4 galões de água, fabricado em aço carbono. Equipado com 2 rodas pneumáticas (com câmara) de 325" x 8", montadas no eixo fixo. Possui 140 cm de altura, 60 cm de largura.-Medidas: 140 x 60 cm (AxL)-Peso: 22 Kg-Capacidade de carga: 4 galões de água: -Cores: Diversas (verde, azul, vermelho, amarelo, marrom, cinza, laranja, etc)-Pintura: epóxi -Garantia: 12 meses contra defeito de fabricação	UN	01
09	6326340	Microondas; Elettrico, Com Potencia Minima de 1400w; Em Aco Inox, Com Acabamento Na Cor Preta; Digital; Medindo No Minimo ( 32x52x40 ) Cm (axlpx); Com Capacidade Minima de 32 Litros; Com Display Digital, Relogio, Luz Interna, Teclaspre-programadas e Trava de Seguranca; Prato Giratorio; Na Voltagem 220 V; Acondicionamento Apropriado para Garantir a Integridade do Equipamento; Garantia: 12 meses contra defeito de fabricação	UN	01

**1.7** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022;



**1.8** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativas presente nos autos do processo 26569/2023.

**1.9** O produto será entregue após emissão de Empenho, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, prazo este contado a partir do recebimento do Empenho, sendo considerado inadimplente a entrega de outra forma, ensejando, conseqüentemente, a convocação da segunda colocada, ensejando ainda as penalidades cabíveis.

**1.10** O bem a ser adquirido se enquadra na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021, a ser contratado(a) mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** Informamos que o presente processo tem como objetivo de atender ao previsto no art. 2º da Lei Municipal nº 4.939 de 15/03/2023, qual seja a aplicação dos recursos na norma para modernização dos setores da administração fazendária e tributária municipal. Há também a necessidade de substituição de equipamentos existentes no local, que estão desgastados e danificados, o que pode comprometer a qualidade do serviço prestado ao longo do tempo.

**2.2** A aquisição pretende fornecer a secretaria equipamentos necessário para dar continuidade à modernização do atendimento, melhorando de forma ampla a produtividade e a qualidade dos serviços realizados.

**2.3** Portanto, é evidente que a aquisição pretendida proporcionará um ambiente seguro e adequado às atividades laborais e a todo corpo funcional da Secretaria Municipal de Fazenda. Desse modo, a instituição poderá cumprir seu dever institucional com eficiência e eficácia, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, primando pelo interesse público.

**2.4** A estimativa de quantidade correspondente foi elaborada pelo Fundo Especial da ADM.Fazendária, conforme DFD e documentação em anexo.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **3.1 FORMA DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.1** A entrega deverá ser imediata, após envio de requisição e Nota de Empenho para a empresa vencedora. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelos, procedência e prazo de garantia e/ou validade;



3.1.2 Garantia, consistindo na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei no. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

3.1.3 A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações.

**3.1.4** Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

3.1.5 Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, em embalagem adequada, que garanta a qualidade do produto, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.1.6 Devem ser observadas as normas técnicas elaboradas pela ABNT para os itens, que cabe, descritos neste documento. Destacamos que o certame deve ter garantias necessárias quanto ao atendimento aos critérios de resistência, durabilidade e estabilidade definidos pelas normas da ABNT. Logo, a solicitação dos documentos tem por finalidade a demonstração que os produtos, de fato, irão atender as definições técnicas.

3.1.7 A garantia é um diferencial, considerando o desgaste do produto bem como eventuais vícios de fabricação. Ela deverá cobrir, antes de mais nada, a segurança do produto. Destacamos que, se uma empresa oferece um prazo de garantia maior, ela deverá conter em seu estoque peças que possam vir a ser necessárias para atender às solicitações de seus clientes. Assim, assegura-se a possível reposição de peças durante esse período. O licitante também deverá garantir a assistência técnica por parte do fabricante ou fornecedor sempre que necessário. Essa assistência técnica deverá ser gratuita para a Administração durante o período de garantia.

3.1.8 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

3.1.9 Os bens devem ser acondicionados em embalagem que preserve a qualidade adequada do produto, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.1.10 O objeto será entregue na PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO.

### **3.2 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS/CATÁLOGOS**

3.2.1 Antes da adjudicação, a Secretaria Municipal de Fazenda se reserva o direito de solicitar catálogo do(s) produtos ofertados, a fim de garantir sua qualidade;



3.2.2 Os catálogos deverão estar devidamente identificados com o nome dos licitantes, conter informações quanto às características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca;

3.2.3O prazo para apresentação da (s) amostra (s) será de 03 (três) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública;

3.2.4A área técnica comunicará ao Pregoeiro se os itens foram aprovados ou não. Caso não sejam aprovados, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

### **3.3 GARANTIAS DA CONTRATAÇÃO:**

**3.3.1** Não haverá exigência a garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, haja vista, o objeto da contratação não se enquadrar em nenhuma das modalidades das garantias.

### **3.4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.4.1 Especificações Técnicas:**

- a) Os bens devem atender às especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, garantindo conformidade com normas aplicáveis.
- b) Produtos sujeitos a certificação devem apresentar selo do **INMETRO** e atender às normas da **ABNT** (por exemplo, **NBR 14006:2008**).

#### **3.4.2 Qualidade e Garantia:**

- a) Garantir a durabilidade, resistência e estabilidade dos bens adquiridos.
- b) A garantia mínima exigida deve ser conforme especificado neste Termo, incluindo assistência técnica sem custo adicional durante o período de garantia.
- c) A garantia deve ser formalizada por meio de documentação específica fornecida pelo licitante..

#### **3.4.3 Documentação Exigida:**

- a) Antes da adjudicação, poderá ser exigido o envio de catálogos e/ou amostras para verificação técnica.

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**4.1** Optamos pela realização de Pregão Eletrônico, nos Termos do Art.28 Inciso I, c/c Art. 17, § 2º , com MENOR PREÇO POR ITEM, visando a ampla concorrência e preconizando o princípio da eficiência e da economicidade.





**4.2** A solução identificada para atendimento da necessidade explicitada é a aquisição de DIVERSOS EQUIPAMENTOS visando o atendimento das demandas do FEAFTAM para atender as necessidades de diversos setores da Secretaria Municipal de Fazenda.

**4.3** O prazo de garantia do objeto será de 12 (doze) meses, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizarem para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA, a contar da data de Recebimento Definitivo e atesto da nota fiscal. Caso a garantia do produto fornecido pelo fabricante seja maior que 12 (doze) meses, prevalecerá à garantia oferecida pelo fabricante.

**4.4** A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da notificação formal, o objeto que durante o prazo de garantia, venha apresentar defeito de fabricação ou quaisquer outros que venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído, por ação ou omissão, a CONTRATANTE.

**4.5** Dentro do prazo de garantia, a CONTRATADA deverá prestar, sem ônus para a Administração, toda e qualquer assistência técnica necessária e/ou substituição dos produtos defeituosos.

**4.6** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**4.7** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**4.8** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

**4.9** As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

**4.10** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

**4.11** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

**4.12** Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

**4.13** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a



exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

**4.14** O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

**4.15** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**4.16** Estará sujeita ao que rege a Lei Federal nº. 8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**4.17** Na entrega do objeto, as despesas de tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais custos decorrentes do fornecimento e/ou substituições do objeto, indicadas pela contratante, deverão ser de responsabilidade da contratada, sem ônus para contratante.

**4.18** Os equipamentos deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

**4.19** Os aparelhos consumidores de energia, regulamentados no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), deverá ser exigido que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) vigente no período da aquisição ([www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp](http://www.inmetro.gov.br/consumidor/tabelas.asp)).

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1** O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da requisição e Nota de Empenho.

**5.2** Os fornecimentos dos equipamentos deverão ser realizados no seguinte endereço:

<b>Secretaria requisitante:</b>	<b>FUNDO ESPECIAL DA ADM.FAZENDÁRIA (FEAFTAM)</b>
	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO</b>
<b>Endereço:</b>	<b>Endereço: Avenida Alberto Braune, 225 , Centro - Nova Friburgo/RJ - 28.613.001</b>
<b>Horário de entrega:</b>	<b>Segunda a sexta-feira, das 09h às 16h.</b>

### **5.3 FORMA DE EXECUÇÃO**

- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;
- Os objetos Os objetos que necessitarem de instalações, tais como, mesa digitalizadora, Fragmentadora, o preparo do local e a instalação será feita de acordo com o projeto para





modernização dos setores da administração fazendária e tributária municipal, conforme processo administrativo nº 26570/2023;

- c) Os objetos da contratação deverão cumprir todas as normas regulamentadoras vigentes no país, conforme suas especificações e categorias;

**5.4** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 3 (três) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**5.5** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**5.6** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**5.6.1** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**5.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **5.8 DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:**

**5.8.1** É vedada a subcontratação do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**6.2.1** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.2.2** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**6.2.3** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**6.3** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.



**6.4** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**6.5** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**6.6** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.7** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.8** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**6.9** O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

**6.10** Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/ gestor substituto e fiscal/fiscal substituto;

**6.11** O(os) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**6.12** O(os) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

**6.13** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**6.14** Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

**6.14.1** Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

**6.14.2** Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

**6.14.3** Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;



**6.14.4** Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1** A nota fiscal deverá ser emitida em nome de: **FUNDO ESPECIAL DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E TRIBUTÁRIA MUNICIPAL, CNPJ: 50.228.528.0001-90, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

### **7.2 DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA**

**7.2.1** A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

### **7.3 DO PAGAMENTO DA DESPESA:**

**7.3.1** O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

**7.3.2** A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido.

**7.3.3** Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

**7.3.4** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

**7.3.5** O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, fundamentada através da lei nº 14.133/2021, de acordo com o disposto nos itens 1.3 e 1.5 deste termo de referência;



**8.2** Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

**a)** SICAF;

**b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**8.3** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.4** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**8.5** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**8.6** O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**8.7** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**8.8** É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**8.9** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.10** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**8.11** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**8.12** Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**8.12.1** Habilitação Jurídica:

**a)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- k) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.12.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**8.12.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.12.2.2** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**8.12.2.3** - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os



benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**8.12.2.4** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

**8.12.2.5** - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

**8.12.2.6** - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.12.2.7** - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.12.2.8** - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

**8.12.2.9** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.13** - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

**8.13.1** - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**8.13.2** - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;





**8.13.3** - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

#### **8.14 Qualificação Econômico-Financeira:**

**8.14.1** - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**8.14.2** - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**8.14.3** - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado desta Comarca.

**8.14.4** - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

**8.14.5** - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

**8.14.6** - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

**8.14.7** - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

#### **8.15 Qualificação Técnica:**

**8.15.1** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.15.2** - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



**8.15.2.1** – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

**8.15.2.2** - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.15.2.3** - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



## **9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

### **9.1 DA CONTRATADA:**

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) Manter, durante a vigência do contrato ou Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- g) A estender aos contratos objeto da ATA, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- i) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- j) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- k) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação, comunicando imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

### **9.2 DA CONTRATANTE:**

- a) Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos projetos entregues;
- b) Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação de serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;



- d) Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) Demais condições constantes do edital de licitação.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.1.1** Comete infração administrativa a contratada que:

**10.1.1.1** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**10.1.1.2** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**10.1.1.3** Dar causa à inexecução total do contrato;

**10.1.1.4** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**10.1.1.5** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**10.1.1.6** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**10.1.1.7** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**10.1.1.8** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**10.1.1.9** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**10.1.1.10** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**10.1.1.11** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetos da licitação;

**10.1.1.12** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**10.3** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

**10.3.1** Advertência;



**10.3.2** Multa;

**10.3.3** Impedimento de licitar e contratar;

**10.3.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**10.4** Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

**10.5** Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

**10.6** Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.7** Moratória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

**10.8** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

**10.9** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

**10.10** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

**10.11** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

**10.12** A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**11.1** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 33.832,83 (trinta e três mil, oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária (Anexo II) anexado aos autos

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1** As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

**12.1.1 Elemento de Despesa:**

44.90.52.01- 44.90.52.03 - 44.90.52.10 - 44.90.52.12 -  
44.90.52.17



**12.1.2 Fonte de Recurso:** 175900000140

**12.1.3 Programa de Trabalho:** 46001.0412301212.341

**12.2** As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO ESPECIAL DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**, CPNJ: 50.228.528/0001-90 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 225 CENTRO - NOVA FRIBURGO - CEP. 28613/0001.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

**13.2** Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Fazenda.

**13.3** O presente Termo de Referência não contém informações passíveis de classificação conforme a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e é considerado de acesso público.

Nova Friburgo/RJ, 06 de novembro de 2024.

<b>ELABORADOR:</b>	<b>APOIO TÉCNICO</b>
<hr/> <b>Lucimar Junqueira Pacheco</b> Matr.: 63.226	<hr/> <b>Rômulo Cesario Rodrigues</b> Matr.: 063.613

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**PATRICK AZEVEDO RISSO**  
Secretário Municipal de Fazenda  
Matr.: 63.789